

■ Por uma cidade menor: hegemonia e resistência na cidade do Rio de Janeiro

Erick Araujo de Assumpção

Túlio Batista Franco

A pesquisa ativista na cartografia do Rio de Janeiro contemporâneo.

Este texto se propõe discutir a pesquisa com base no ativismo, e tem como foco as recentes transformações urbanas e suas repercussões sociais na cidade do Rio de Janeiro, palco de grandes eventos no período próximo, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, o que tem impactado a vida e o modo de produzir a cidade. Propomos uma pesquisa supondo que o pesquisador esteja envolvido no evento pesquisado, no caso, a luta que se segue à série de intervenções na cidade.

O ativismo na pesquisa representa uma ruptura com o modo hegemônico concebido para a produção de conhecimento, como produção asséptica em que o sujeito da pesquisa, distante do objeto, não se afeta pelo mesmo. Esta concepção vem desde que a pesquisa nas ciências sociais se funda como campo próprio e rompe com os métodos tradicionais das ciências naturais, passando em seguida a conceber sua própria metodologia na busca do conhecimento das sociedades humanas, adotando práticas qualitativas de investigação. Mas isto não foi suficiente para produzir uma ruptura com a ideia de que sujeito e objeto são coisas separadas e que assim devem permanecer.

Dessa forma, predomina um agenciamento generalizado pelos signos da modernidade, como exemplifica o caso da compreensão do “método científico” como a única possibilidade de explicação da realidade e fundação da verdade. Boaventura de Sousa Santos, no seu primoroso “Um Discurso sobre as Ciências” (2009), reconhece os avanços da ciência a partir do século XVI, mas, concomitantemente, identifica uma crise “da ordem científica hegemônica” que tem início já no século XIX e se estende até os dias atuais. Na mesma direção, Fritjof Capra (1982) expõe a grave crise global da segunda metade do século XX ao indicar a obsolescência de conceitos provenientes de uma visão de mundo mecanicista, fruto da ciência cartesiana-newtoniana, quando aplicados a uma realidade que transborda para além tanto dos conceitos quanto dessa forma de ver/compreender

o mundo. Salienta-se, aqui, que a crise da ciência é, também, uma crise do cientista, na medida em que fica cada vez mais clara a impossibilidade de haver uma não relação, ou não implicação, entre sujeito e objeto na pesquisa.

Tem-se, assim, como ponto de partida a produção de conhecimento que pressupõe rupturas ao modelo hegemônico, como propõe a filosofia da diferença, campo teórico e prático que supõe o mundo como uma multiplicidade, expressão de singularidades que são formas específicas de significar o mundo, pautado na diversidade; e a subjetividade como produção sócio-histórica e ao mesmo tempo dotada de poder operatório sobre a realidade. Nesse sentido, inaugura-se uma nova estética do conhecimento: formas fluidas de percepção da realidade, porque sempre em movimento, mudança, agenciamentos. A pesquisa traz em si a força de intervenção sobre a realidade, pois o próprio encontro entre sujeito e “objeto” carrega em si a potência do novo criado pelo estranhamento entre eles, pela interseção do encontro, nas linhas circulantes no campo de consistência que se forma entre ambos. É nesse cenário que se percebe a pesquisa ativista: uma construção de conhecimento e de realidade em interseção entre pesquisador e “objeto”, sendo ambos agentes ativos no processo. O que há é uma produção do mundo e de si, em que as pesquisas ativistas sugerem que o sujeito/objeto do conhecimento é o mesmo sujeito da intervenção sobre o mundo.

É por este meio que se propõe pesquisar as alterações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, na perspectiva dos que não se inserem nos círculos de Estado, mas nem por isto são passivos no processo, já que produzem outras cidades, além da cidade hegemônica. Produzem tantas quantas cidades forem necessárias para sobreviver diante do jogo de forças que se impõe. Nômades, abrem linhas de fuga resignificando o espaço urbano, desviando das linhas coercitivas, de repressão e morte.

Para conhecer o emaranhado que se forma como expressão desta realidade, feita através do cruzamento de linhas de força, máquinas em produção cotidiana do mundo e de si, forma-multidão em movimento, a pesquisa usa de todas as possibilidades na busca do conhecimento, se aproximando da cartografia como forma de construção compartilhada do conhecimento desta complexa realidade. A cartografia é a pesquisa em ato, com os acontecimentos em tela, “um anti-método” como propõe Rolnik (2011). Requer imersão no mundo sócio-afetivo, fabricando linguagens que possibilitam sua expressão, algo próximo ao que sugere o trabalho etnográfico, produção e registro de narrativas, observação atenta do mundo e das coisas em relação. Ou seja, a cartografia atua dando língua aos afetos (ROLNIK, 2011). Mais do que uma atitude frente ao objeto, a cartografia é um modo de ser,

e se expressa em ato. Este é talvez o ponto central, o cartógrafo não considera a explicação da realidade pela razão simplesmente, mas pelas formas de afecção e expressão do mundo sobre o corpo aberto ao encontro: mundo vivo em ação.

Assim, o cartógrafo é um pesquisador inconformado com as lógicas normativas impostas sobre a produção do conhecimento; que se rebela contra “o método” e se compromete com o mundo da vida, seus efeitos e modos de produção; e reconhece o mundo como uma formação em permanente mudança e que só é possível percebê-lo na sua expressão, porque em ato. Estas são as principais questões que se colocam para a pesquisa como um meio de ativismo ético-estético-político sobre a própria realidade pesquisada.

Por fim, um importante enfrentamento do cartógrafo é consigo mesmo, com o “cartesiano em nós”, que permanece como uma “marca” que opera como força oculta na formação da subjetividade do pesquisador, sendo necessário produzir uma desterritorialização dos modos de pesquisar, e entender que o “objeto” é algo em produção e produtor: se produz e produz na relação com o mundo e como o pesquisador. Esse é o pressuposto para uma pesquisa cartográfica, o pesquisador deve se deixar encharcar pelo objeto, assumindo a necessária implicação na produção da pesquisa e sua inevitável intervenção sobre a realidade.

Sendo assim, este ensaio se produz sobre as premissas da cartografia, e por isto não se compromete com o modelo normativo de produzir conhecimento, já que ela vai atrás de pistas que indicam ao longo do seu percurso os caminhos (PASSOS, 2010).

Rio de Janeiro como multiplicidade: intervenções urbanas, biopotência, as muitas cidades

Busca-se a compreensão da cidade como atravessada por diferentes formas de poder – soberano, disciplinar, biopolítico, noopolítico. Parte-se então do entendimento segundo o qual não há um poder específico que subjaza aos outros. Pode-se assumir o predomínio momentâneo e local de certo poder, que por vezes pode se compreender como global. Tal fato torna necessário salientar a relação imbricada entre local e global, já que mesmo os discursos globalizados partem de uma localidade específica e dependem materialmente de um território também particular.

Contextualiza-se aí a complexa rede de transformações vigentes na cidade do Rio de Janeiro, na qual estão inseridos a Operação Urbana Porto Maravilha, o Choque de Ordem, assim como as ações da Assistência Social. Sob um suposto “interesse da cidade” legitimam-se ações sobre formas de vida específicas, seja

aquela das favelas, das ocupações urbanas ou das ruas. Tais ações, ou mesmo ataques, se dão por meio de remoções de famílias de suas casas e comunidades, desalojo de ocupações urbanas, constituição de dificuldades, ou mesmo impossibilidade, do desenvolvimento de formas de obtenção de renda associadas à população pobre – a venda ambulante, por exemplo – e recolhimento de pessoas em situação de rua.

No entanto, o interesse da cidade não é apenas instrumento de legitimação para as ações sobre o corpo urbano, aquelas que se referem às mudanças físicas – ruas, viadutos, prédios, entre outros. Não é, também, uma mera ordem. Compreende-se aqui o interesse da cidade, ou o interesse público, como uma palavra de ordem. Ou seja, é um enunciado que está vinculado de forma redundante a um ato. Por sua vez o ato é aquele que implica transformações incorpóreas, como aquela proveniente da palavra do magistrado que transforma instantaneamente o acusado em condenado. As sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem. Portanto, para cada indivíduo ou grupo atingido e modificado incorporeamente há um espaço determinado reservado para seu adestramento e/ou confinamento (DELEUZE e GUATTARI, 2008).

A enunciação do interesse da cidade do Rio de Janeiro justifica ações de intervenção como, por exemplo: construção de um teleférico, como aquele planejado para a Providência. Mas, sobretudo, a enunciação produz transformações, como aquela de uma moradia, ou mesmo de uma comunidade, e suas respectivas reivindicações (“remoção não, urbanização sim”), em uma existência urbana ilegítima, pois entrava as ações impulsionadas e justificadas pelo interesse da cidade. Pode-se pensar também no caso das ocupações urbanas, essas enunciadas como invasões e seus respectivos habitantes como invasores. Dessa forma produz-se, no ato de fala, inimigos. Essa produção incorpórea imbrica-se às ações sobre os corpos por meio da violência policial do desalojo, assumida como necessária já que destinada a supostos inimigos.

Pode-se compreender, então, que existe um corpo-cidade específico, como aquele sobre o qual Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro no início do século XX, empreende uma gama complexa de ações: novas artérias-ruas; veias-avenidas; imunização do corpo por meio da extinção/destruição de patógenos-cortijos; e o atual prefeito da cidade, no início do século XXI, dá continuidade, apesar de enunciar tais ações como novidades. Esse último tem como mais recente empreendimento a ação de internação compulsória de usuários de crack, uma ação que constitui, para o presente léxico, leprosos-crackeiros, aqueles sobre o qual o poder atua por meio da exclusão. Essa que por vezes intercala-se com

tentativas de correção e reintegração social, constituindo criminosos-crackeiros, loucos-crackeiros. Trata-se de um biopoder urbano.

À tal corpo-cidade enuncia-se, faz-se grudar, interesses. Cabe salientar que esses últimos decorrem de um campo de batalha complexo, no qual indivíduos e grupos diversos – do poder público, privado, ou público-privado – entram em conflitos e buscam cristalizar e universalizar determinados interesses. Talvez caiba o exemplo representado pelo ato do governador da cidade do Rio de Janeiro de justificar a destruição da ocupação do museu do índio, ao lado do Maracanã, devido a uma demanda da Federação de Futebol (FIFA). Esta que por sua vez vem a público afirmar que não existe tal demanda. O que, de certa forma, traz a tona uma rede de interesses locais, camufladas sob o poder de uma instituição translocal.

Nesse sentido, os interesses vencedores e cristalizados sob o enunciado “interesse da cidade” difundem-se afetando cada indivíduo, grupo e seus respectivos espaços e territórios existenciais (ROLNIK, 2006). Este enunciado é palavra de ordem propagada incansavelmente produzindo transformações incorpóreas que são atribuídas a corpos específicos (corpos negros, pobres, de rua). Palavra seguida de forma inocente, mesmo que imbricada a ações violentas – como no caso das remoções, desalojos e recolhimento compulsório. Logo, a população não atingida de forma negativa por essas ações, sente-se inocente, ou, no máximo, afirma que essas ações são um mal necessário. Devido a essa potência de esquecimento (DELEUZE; GUATTARI, 2008), palavras de ordem são apreendidas, abandonadas e outras acolhidas, no entanto com um sentimento de novidade: de Passos à Paes, de modernizar à revitalizar.

Além disso, tal interesse da cidade pode se configurar por meio de cifra, propagando-se como um gás, modulando espaços de resistência, como as favelas, em mercado de serviços formalizados, por meio do turismo, por exemplo. Predomina assim a rivalidade de mercado que atravessa a comunidade e os próprios indivíduos. Nesse aspecto, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) possuem um papel estratégico e, além de tudo, complexo, pois se configuram como poder soberano que pode decidir entre matar e deixar viver, poder disciplinar de vigilância dos corpos e como poder noopolítico, a partir do momento que enuncia a si própria como polícia comunitária, como vizinha, como “o mesmo” que as pessoas moradoras das favelas. Dessa forma, chega-se a instaurar uma polícia mediadora de pequenos conflitos, uma polícia que espera e transforma cada indivíduo em possível bandido ou “X9”. Tais discursos propagam-se nas reuniões entre o BOPE, batalhão de operações que invade a favela abrindo espaço para instalação

da UPP, e a comunidade, como a acompanhada na faculdade Estácio de Sá posterior à ação no morro do Turano.

Apresenta-se, dessa maneira, a cidade-empresa, que possui uma alma ou uma marca. Fato que possibilita um novo mercado de disputa para recepção de grandes eventos. Esse um fluxo de dinheiro, turistas, serviços, que se instala momentaneamente e depois se dispersa, legando a cidade, além das consequências negativas à população pobre, o esforço ininterrupto para se adaptar a um próximo evento global. Dessa forma, adapta-se a localidade a postulados globais urbanos e, paralelamente, busca-se enaltecer os aspectos locais que devem diferenciar a cidade-candidata, destacando-a no mercado das marcas-cidades.

Os discursos sustentam a constituição dessa cidade, não apenas a legitimam ou transformam incorporeamente indivíduos e grupos os enquadrando em determinados termos e espaços, mas produzem subjetividades, já que se contextualizam em uma sociedade de controle. Nesta “as relações de poder se expressam pela ação a distância de uma mente sobre outra, pela capacidade de afetar e ser afetado dos cérebros” (LAZZARATO, 2006, p. 76). Essas relações que têm como alvo a mente chamam-se *noopolítica* – neologismo criado a partir do termo *noos*: parte mais elevada do intelecto para Aristóteles, assim como nome de um provedor de acesso à internet. Aqui, simplifica-se no termo mente o que Lazzarato indica com os termos memória e atenção – forças que permitem a relação com passado, presente e futuro em um sentido de criação de sensações, de fluxos de desejos e crenças, o que possibilita a construção e atualização dos indivíduos.

Ressalta-se, assim, a coabitação dos poderes na cidade. Coabitação exemplificada pelo termo/processo conhecido como gentrificação. Sua origem está no aportuguesamento da palavra da língua inglesa *gentrification*, cuja primeira aparição ocorre no início da década de sessenta com Ruth Glass. Sua utilização inicial tem como objetivo descrever o processo de “substituição das camadas populares por camadas médias assalariadas” em andamento “nos antigos bairros desvalorizados do centro de Londres” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 22).

Contemporaneamente, pode-se associar o termo ao processo de ascensão das “classes médias superiores”, como profissionais especializados em serviços e gestores, ligadas às vigentes formas de atuação do capitalismo global. Contudo, este processo não se limita a um movimento espontâneo de substituição de “classes” em espaços centrais deteriorados, ele envolve nos tempos atuais processos de *regeneração*, *renascimento* e, no caso do Rio de Janeiro, *revitalização*, “ligados ao Estado e às empresas” e desenvolvidos sobre a forma “de uma parceria público-privada” (SMITH, 2006, p. 61).

Independente das formas que pode tomar o processo de gentrificação implica, necessariamente, a remoção dos grupos mais pobres das áreas centrais das cidades. Em outras palavras, a gentrificação pode ser compreendida como a expulsão de formas de vida não desejadas e acolhimento das formas consideradas ideais para determinados objetivos biopolíticos e econômicos. Esta compreensão acaba por “abrir o debate sobre a gentrificação” e “alargá-lo a contextos ainda pouco abordados” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 31). Pode-se, então, sob a ótica da gentrificação, compreender acontecimentos, da mesma forma que, sob uma ótica dos poderes, é possível compreender o processo de gentrificação.

Nesta direção, Davis (2006) afirma que a “maioria dos governos de cidade do Terceiro Mundo está permanentemente engajada em um conflito com os pobres das áreas centrais” e salienta que “o Rio de Janeiro é um caso famoso” (p. 107) disso. É exemplo a Operação Urbana Porto Maravilha, tendo em vista que é a tentativa de adaptar a cidade tornando-a campo fértil para o mercado financeiro mundial. A constituição do Rio de Janeiro como cidade global se dá sobre aspectos disciplinares de expulsão e confinamento de indivíduos e grupos a espaços específicos da cidade, assim como por meio da ação de “polícia soberana” (AGAMBEN, 2002, p. 115) – exemplifica o desalojo no final do ano de 2010 do coletivo Guerreiros Urbanos, no qual, apesar da presença de representantes do poder legislativo, por meio de decisão soberana policial sobre o caso são utilizadas bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes para efetuar o desalojo. A ação policial resulta na prisão de sete pessoas presentes no ato de apoio a ocupação. Caracteriza-se assim uma zona de indiscernibilidade entre violência e direito.

Até esse momento falou-se da produção de uma cidade hegemônica, tendo em mente que a cidade é também produtora de “subjetividade individual ou coletiva” (GUATTARI, 2012, p. 152), produção que implica necessariamente a busca por capturar ou impedir certos movimentos, corpos e possibilidades. Portanto, o “que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendram, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las” (idem). Contudo, deve-se lembrar de que onde há poder, há formas de resistência. Sendo que essa última não é apenas reação, mas principalmente criação. Logo, enquanto uma cidade hegemônica se ergue, uma cidade menor vaza. Nesse momento, pode-se conhecê-la apenas em ato, com o traçar das linhas de vida urbana de indivíduos e grupos, estejam eles no morro da

Providência, habitando as ruas entre os bairros de Botafogo, Flamengo e Largo do Machado, ou nas Ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras.

Cabe ressaltar que a coabitação urbana impossibilita a existência de um observador neutro, pois a construção permanente da cidade – espaço no qual estão contidas desde pessoas moradoras de ruas, favelas, ocupações urbanas até os “castelos neo-feudais” (SANTOS, 2010, p. 45) dos condomínios fechados – implica a subjetividade e o corpo de quem a habita. Dessa maneira, todas as pessoas habitantes da cidade não apenas são indivíduos interessados e interessantes para sua construção, mas são desde já implicados nela.

Dessa forma, a produção acadêmica e científica acerca da cidade sob a qual subjaz a pretensão de observar, compreender e constituir um saber sobre determinado grupo/objeto urbano tendo como ápice produções *sobre* o mesmo apresenta problemas metodológicos e ético-políticos. Escrever *sobre* um grupo está imbricado a um saber-poder – uma forma de saber que produz, mas também deriva de certo poder – que pode se integrar a diferentes táticas, principalmente aquelas referentes a construção de uma cidade hegemônica. O falar *sobre* funda-se em um sujeito possuidor de conhecimento e de método prévios que serão aplicados para desvendar verdades acerca do objeto estudado.

Em diálogo com Foucault, Deleuze (2004) enfatiza o maior aprendizado possibilitado pela obra do autor de Vigiar e Punir: “a indignidade de falar *pelos* outros” (p. 72). Problematiza-se assim a representação: o protagonismo de determinado autor que não aquele(s) mergulhado(s) nas realidades e/ou lutas sociais em questão. Representação, seja ela exercida por um indivíduo acadêmico ou um suposto líder de movimento, imbrica-se à tutela.

Emerge assim, a partir da crítica ao falar *sobre e pelos* outros, a necessidade de *falar com* os outros. Proposta proveniente da antropologia, que tem como ponto de partida a compreensão segunda a qual os conhecimentos primitivos não só são legítimos, mas como também são possíveis críticos do conhecimento hegemônico e intercessores de uma nova forma de conhecimento.

Compreende-se *falar com* por duas vias. Uma que parte do entendimento acerca da influência do “sujeito” sobre o “objeto”. Portanto, assume-se que o primeiro, desde já, afeta o segundo. Direciona-se e fala com este “objeto”. Outra que parte não apenas do afetar, mas do ser afetado. *Falar com* pressupõe ouvir. Contudo, esse ouvir não é aquele que busca desvendar por meio de conhecimentos e métodos prévios o que está recalcado no objeto, mas sim de colocar a si mesmo em questão e relacionar-se com um conhecimento e uma cidade em um processo de intercessão.

Nessa direção, salienta-se o caso das ocupações urbanas do centro do Rio de Janeiro. Constituem-se pela entrada em um imóvel abandonado com o fim de transformá-lo, por meio de um coletivo gestor horizontal formado pelas pessoas ocupantes, em moradia. A autogestão e a horizontalidade afirmam-se nas assembleias deliberativas nas quais todas as decisões são tomadas com a participação de todas as pessoas habitantes interessadas. Diversas comissões responsáveis pela manutenção e organização da ocupação são formadas nas assembleias e atuam cotidianamente. Implicado nesse processo está o chamado *apoio*. Indivíduos e grupos que não moram na ocupação, mas *falam com* ela em seu processo de construção e de construir a cidade. O diálogo entre ocupação e *apoio* constitui uma relação que se dá em intercessão, ou seja, pode-se dizer que a potência desses dois grupos, antes dispersos, atualiza-se na ocupação, atualiza-se na construção de uma outra cidade através da ocupação.

As ocupações, por meio do seu ato inaugural de adentrar em um imóvel abandonado e transformá-lo em moradia, falam algo a respeito de uma cidade na qual, segundo o Ministério das Cidades, o número de imóveis abandonados é maior do que o déficit habitacional. A ação política autogestionária e horizontal que define a micropolítica das ocupações urbanas, fala algo a respeito de uma cidade na qual a macropolítica cristaliza-se sobre representação e hierarquia. Mas, ressalta-se, novamente, que as ocupações urbanas não apenas difundem um conhecimento legítimo sobre a cidade hegemônica, elas constroem uma cidade menor, em linha de fuga e em permanente batalha com a primeira.

A captura e/ou impedimento da construção dessa cidade menor, dessa cidade das minorias, se dá, no caso da cidade construída em ato pelas ocupações urbanas, por meio dos desalojos impulsionados, principalmente, pela Operação Urbana Porto Maravilha. Essa já desalojou diretamente as ocupações Zumbi dos Palmares, Machado de Assis, Flor do Asfalto. Nesses casos, captura-se os indivíduos e grupos que fazem parte das ocupações por meio das indenizações e dos alugueis sociais, em uma negociação na qual ou se é capturado ou se perde tudo. Por sua vez, a ocupação Guerreiros Urbanos é desalojada em suas três tentativas. No segundo desalojo, efetuado no final do ano de 2010, sete pessoas constituintes do grupo de apoio à ocupação são presas sob a acusação de resistência. A participação do *apoio* nesse momento consiste em manifestar, por meio de canções e falas proferidas por meio de um megafone, a concordância em relação à ação do coletivo ocupante. Nesse caso, impede-se a construção de uma cidade menor por meio da ação policial de expulsão soberana e criminalização dos intercessores dessa construção.

Considerações finais para uma história em acontecimento

Diferente de *Cidade Partida* – livro de Zuenir Ventura (1994) produto de dez meses de vivência em Vigário Geral – a cartografia sobre o cenário atual mostra uma realidade múltipla, não apenas uma cidade seccionada em duas, mas uma multidão que produz cidades para si, que constrói redes, luta por espaço, resiste à força material e simbólica das linhas coercitivas do governo. As ruas têm sido o espaço privilegiado desta intensa produção da cidade, junto às monumentais edificações, uma multidão se movimenta. O espaço urbano torna-se um prolongamento do corpo, efetuação das potências de cada um e da multiplicidade. Há no cenário um projeto de intervenção sobre o espaço e imaginário urbanos, pautado por grandes eventos que vão se realizar no Rio de Janeiro no período próximo, sob o qual subjazem diferentes interesses, desde aqueles da FIFA aos de grandes investidores imobiliários. Uma cidade hegemônica se constitui, contudo configura-se uma batalha, pois, de forma concomitante, muitas cidades menores são produzidas, o que configura um ambiente de resistência. É este o cenário atual, cujo desfecho está longe de se conhecer. O que se retrata neste ensaio é a cartografia das forças em luta, cujas imagens mais dramáticas invadem as casas de cada um pelos noticiários da mídia local e nacional.

O que se configura no momento é uma cidade que não se cristaliza, é fluida porque sob tensão da multidão, rizomática porque se (des)organiza no emaranhado de linhas de força no jogo sócio-político-afetivo, linhas de fuga que resignificam a todo momento as muitas cidades em cena. Pensa-se o papel do pesquisador urbano, como um etnógrafo, cartógrafo, nesse sentido, implicado com a mesma produção de cidade em que cada um está também intensamente envolvido. O que quer dizer que o pesquisador interessado e implicado na cidade menor se configura como um cartógrafo, aquele que acompanha o processo e as linhas traçadas por todos os atores na cena, mas, principalmente, como *ativista*, ou nos termos das ocupações urbanas, como *apoio*: em um processo de intercessão para a construção de si e dessas cidades menores.

Os acontecimentos se encontram em plena produção e exigem atualizações na medida em que a dinâmica de lutas e resistências configuram novas realidades sócio-afetivas no espaço urbano. As muitas cidades em produção jamais vão cessar de serem muitas, porque os corpos que a habitam continuam efetutando sua potência no encontro com os espaços da cidade, permanentemente em oferta e modificação. É por isto que o projeto de cidade-marca, que se pretende implantar pelas biopolíticas atuais, não é a única linha de projeção do futuro a configurar a cidade do Rio de Janeiro. Muitas outras estarão sempre em produção, sempre simultâneas.

Referências

- AGAMBEN, G. *Moyens sans fins*. Notes sur la politique. Paris: Payot & Rivages; 2002.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. Introdução. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Anna Blume; 2006. p. 21-57.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo: Cultrix; 1982.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo; 2006.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia*, Vol 2. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: Machado R. (ed.) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 2004.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: 34; 1998.
- LAZZARATO, M. As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2006.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretária Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2008. Brasília: Ministério das Cidades; 2011.
- PASSOS, E. *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina; 2009.
- ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, UFRGS, 2011.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos B. S., Meneses M. P. (eds.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez; 2010. p. 31-83.
- _____. *Um Discurso Sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez; 2009.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariassen *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Anna Blume; 2006. p. 59-87.
- VENTURA, Z. *A Cidade Partida*. Cia das Letras: São Paulo; 1994.

■.....**Erick de Araujo Assumpção** é mestre e doutorando em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva – UFRJ, UFF, UERJ, ENSP.

■.....**Túlio Batista Franco** é professor doutor da Universidade Federal Fluminense, líder do Laboratório de Estudos do Trabalho e Subjetividade em Saúde/CNPq/UFF.